

STIG JUNDIA Í defende gr áficos n ão s ócios e alerta-os sobre risco maior e mais comum contra o direito deles

, 24 Março 2015 - 08:15:27

Embora o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica de Jundia Í (Sindigr áficos) defenda o direito do trabalhador, independente dele ser s ócio ao órg ão de classe, o n ão sindicalizado corre mais risco de sofrer press ões e irregularidades dos patr ões, pelo fato de o empregador saber que este funcion ário é mais vulner ável ao se manter longe do sindicato

Ao n ão sindicalizar-se, o gr áfico opta por ficar mais fr ágil diante do patr ão, porque o empregador sabe que ele decidiu ficar sozinho, sem somar-se a correla ç ão de for ça da uni ão sindical. O patr ão por sua vez age com mais liberdade e mais for ça para atuar contra o trabalhador n ão sindicalizado.

É justamente isso que vem ocorrendo com os funcion ários do grupo de empresas Jaz/Real/Cad ú, situada no munic ípio de Valinhos (SP). Cerca de 80 funcion ários, que continuam sem se filiar, tem convivido com uma s érie de problemas e intransig ência patronal.

Eles enfrentam dificuldades com o n ão registro da hora-extra e de parte do sal ário no contracheque, atraso recorrente do pagamento salarial, vales e de f érias, e n ão recebem anualmente a Participa ç ão nos Lucros e Resultados, al ém de problemas com a cesta b ática. O sindicato chamou o grupo empresarial para tratar das irregularidades na semana passada. Mas, enquanto os trabalhadores optarem por permanecer n ão sindicalizados, continuam mais fragilizados.

"A sindicaliza ç ão funciona como uma preven ç ão de problemas, ou seja, o patr ão sabe que no primeiro sinal de qualquer irregularidade, o sindicato j á chega junto contra qualquer tentativa de burlar os direitos trabalhistas", diz Leandro Rodrigues, presidente do Sindigr áficos. H á um elo maior do sindicato com os sindicalizados. Afinal, é dever da entidade defender os seus sindicalizados, que mant ém pol ítica e economicamente a entidade.

Todavia, o Sindigr áficos tamb ém estende sua prote ç ão aos n ão s ócios, por ém, quando toma conhecimento, o problema j á est á maior e ocorre com mais frequ ência em compara ç ão aos sindicalizados. O dirigente garante que, por esta raz ão, os funcion ários do grupo de empresas Jaz/Real/Cad ú convivem com mais irregularidades trabalhistas praticadas pelo patr ão.

Todavia, diante do penar dos trabalhadores, mesmo eles n ão ajudando o sindicato pol ítica e economicamente, atrav és da sindicaliza ç ão, o órg ão de classe come çou a atuar na inten ç ão de amenizar os problemas deles. "Convocamos a empresa para uma reuni ão no sindicato, caso n ão venha, solicitaremos uma mesa redonda no Minist ério do Trabalho em Capinas. L á, exporemos as irregularidades, a fim de san á-las", conta Valdir Ramos.

A empresa costuma pagar as horas-extras e parte do sal ário por fora do contracheque, prejudicando os trabalhadores quando no ato da rescis ão do contrato de trabalho, ocasi ão que receber ão menos dinheiro da verba rescis ória devido a esta pr ática, que

reduz ainda o valor da aposentadoria.

O Sindigráficos exigirá também o fim dos pagamentos atrasados, seja do salário, do vale e das férias. Além disso, reivindicará a inclusão de todos os produtos que devem compor a cesta básica, conforme determina a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

Outro ponto levantado pelo sindicato será o pagamento adequado do PLR. As empresas não pagam o benefício anualmente, como determina a lei. Elas só pagam quando o funcionário é demitido. Embora pague valor equivalente a todos os anos de trabalho do funcionário, o valor não é corrigido monetariamente. Logo, além de ilegal, as empresas ainda saem no lucro financeiro.

Horizonte

O Sindigráficos convocará a empresa Horizonte, situada em Jundiaí (SP), para tratar no Ministério do Trabalho de irregularidades que a gráfica vem praticando contra os empregados.

"Além de atrasar o salário dos gráficos, ela tem adotado uma prática ilegal de descontar nas férias do funcionário os dias em que o trabalhador foi dispensado pela própria empresa em função da falta de serviço", conta Jurandir Franco, diretor sindical. Isso é ilegal, pois a responsabilidade do fluxo de clientes é única da empresa.

FONTE: [STIG JUNDIAÍ](#)